

O discurso midiaticizado: *mídiu*m, gênero de discurso e identidades

Anderson Ferreira*

Resumo

O presente artigo tem por escopo examinar o discurso midiaticizado. Com isso, visamos a verificar como o dispositivo midiático engendra atravessamentos no interior de cada *mídiu*m, afetando, desse modo, a relação recíproca entre gênero e tipo de discurso e a construção das identidades. Selecionamos como *corpus* de análise um texto multimodal, tomado como discurso, retirado do *site* noticioso Universo Online - UOL. Privilegiamos como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso em sua perspectiva enunciativo-interdiscursiva, em particular, os estudos de Dominique Maingueneau acerca da noção de *mídiu*m e de gênero de discurso. Também, para apreender a noção de dispositivo – em suas dimensões de curvas de visibilidade, curvas de enunciabilidade, linhas de força e linhas de subjetivação – mobilizamos as considerações de Gilles Deleuze acerca da conceitualização de dispositivo nos estudos de Michel Foucault. As novas tecnologias da informação e da comunicação impuseram novas formas de textualidade no campo das mídias. Contudo, o discurso materializado no dispositivo midiático mais corrobora com o primado da hipertrofia multimodal, no que tange à produção dos efeitos de sentido, do que, propriamente, com o surgimento de um tipo de discurso “midiático”. Ou seja, a midiaticização do discurso diz respeito às condições sócio-históricas e culturais de produção dos discursos na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Discurso midiaticizado. *Mídiu*m. Gênero de discurso. Identidades.

El discurso mediático: *mídiu*m, género de discurso e identidades

Resumen

El presente artículo tiene por objeto examinar el discurso mediático. Con ello pretendemos verificar cómo el dispositivo mediático engendra atravesamientos en el interior de cada *mídiu*m, afectando de ese modo la relación recíproca entre género y tipo de discurso y la construcción de las identidades. Seleccionamos como *corpus* de análisis un texto multimodal, tomado como discurso, retirado del sitio de noticia Universo Online - UOL. Privilegiamos como aporte teórico-metodológico el Análisis del Discurso en su perspectiva enunciativa-interdiscursiva, en particular, los estudios de Dominique Maingueneau acerca de la noción de *mídiu*m y de género de discurso. También, para aprehender la noción de dispositivo -en sus dimensiones de curvas de visibilidad, curvas de enunciabilidad, líneas de fuerza y líneas de subjetivación- movilizamos las consideraciones de Gilles Deleuze acerca de la conceptualización de dispositivo en los estudios de Michel Foucault. Las nuevas tecnologías de la información y la comunicación impusieron nuevas formas de textualidad en el campo de los medios. Sin embargo, el discurso materializado en el dispositivo mediático más corrobora con el primado de la hipertrofia multimodal, en lo que se refiere a la producción de los efectos de sentido, que, propriamente, con el surgimiento de un tipo de discurso “mediático”. Es decir, la mediaticización del discurso se refiere a las condiciones socio-históricas y culturales de producción de los discursos en la sociedad contemporánea.

Palabras-clave: Discurso mediático. *Mídiu*m. Género de discurso. Identidades.

Recebido: 21/02/2018

Aceito: 14/05/2018

* Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Doutor em Língua Portuguesa.

Considerações iniciais

Na contemporaneidade, o dispositivo midiático tem dominado os modos de manifestação e difusão dos discursos, atravessando outros dispositivos e sendo por eles atravessado. Nesse cenário, as novas categorizações de discursos decorrem de atividades verbais e de necessidades específicas da comunidade de especialistas. O presente artigo pretende, com isso, examinar uma dessas categorizações que diz respeito ao discurso “midiático”. Com efeito, o sistema de restrições e coerções técnicas e tecnológicas influencia as novas formas de textualidade nos *mídiuns* digitais. Não obstante, existem, em cada sociedade, modos de produção e de subjetivação que atravessam as práticas discursivas. É preciso, então, além de examinar esses atravessamentos que ocorrem no campo extralinguístico, verificar as relações que os gêneros de discurso mantêm, no espaço digital, com os tipos de discursos categorizados *a priori* e averiguar de que forma as subjetividades instaladas nos dispositivos midiáticos constituem as identidades. Assim, na primeira seção, apresentaremos dois procedimentos de midiatização do discurso, para, na segunda seção, discutir acerca da noção de dispositivo, proposta por Michel Foucault e formalizada por Gilles Deleuze, em suas relações com as noções de *mídiun* e de gênero de discurso, postuladas por Dominique Maingueneau. Finalizamos com uma análise do discurso político midiatizado.

1 A midiatização dos discursos

Em abril de 2009, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e o ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, discutiram no plenário da Corte em virtude de divergências sobre um julgamento. O episódio se difundiu pela mídia, que, cada qual à sua maneira, reproduziu a discussão gravada ao vivo pela TV Justiça — canal de televisão pública de caráter institucional. No que toca ao referido embate entre os ministros do STF e ao objetivo e alcance da mídia televisiva no Judiciário, duas observações podem ser feitas. Mas, antes, recuperemos um excerto do diálogo entre os ministros do STF.

[...]

Barbosa - e nem vossa excelência [Gilmar Mendes]. Vossa excelência me respeite, vossa excelência não tem condição alguma. Vossa excelência está destruindo a justiça desse país e vem agora dar lição de moral em mim? Saia à rua, ministro Gilmar. Saia à rua, faz o que eu faço.

[...]

Mendes - eu estou na rua, ministro Joaquim.

Barbosa - vossa excelência não está na rua não, vossa excelência está na mídia, destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro. É isso.

[...]

Barbosa - vossa excelência quando se dirige a mim não está falando com os seus capangas do Mato Grosso, ministro Gilmar. Respeite.

[...]

Barbosa - não disse [sobre um relatório, supostamente, distorcido]. O áudio está aí. Eu simplesmente chamei a atenção da Corte para as consequências da decisão e vossa excelência veio com a sua tradicional gentileza e lhaneza.

Mendes - é vossa excelência que dá lição de lhaneza ao Tribunal. Está encerrada a sessão. (O ESTADO de São Paulo, 2009).

Nas relações engendradas entre poder e justiça, é possível suscitar certa politização partidária e ideológica no cerne do Judiciário brasileiro. Dessa maneira, é preciso suspender, por ora, a ideia da suposta independência desse órgão de poder do Estado moderno. “Vossa excelência, quando se dirige a mim, não está falando com os seus capangas do Mato Grosso, ministro Gilmar”. O espaço midiático instituído pelo *mídiun* (MAINGUENEAU, 2006; 2013) TV Justiça, cujo propósito seria a construção

de uma democracia plena, se tornou, nesse episódio, um átomo de linhas de forças político-midiáticas na Suprema Corte brasileira. Como consequência, o poder Judicial, incumbido de promover a justiça e salvaguardar a Constituição do país, vem produzindo um eclipse ético e democrático no que se refere ao desenvolvimento social e à justiça, o que, decerto, inviabiliza a possibilidade de os cidadãos tomarem conhecimento sobre seus direitos e deveres. Com efeito, tratou-se de um episódio comum num espaço de debates, mas seu teor gerou um elã de desconfiança acerca da função do Judiciário, numa sociedade já repleta de cisões sociais. Eis a primeira observação.

A segunda observação se refere à midiaticização do discurso judiciário. Ora, a advertência feita pelo ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, ao então presidente desse Tribunal, Gilmar Mendes, pode ser considerada como uma encenação. O gênero de discurso “sessão plenária” submete-se a algumas condições de êxito: uma delas diz respeito ao suporte material. “Um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 75). No caso em foco, os locutores mobilizam enunciadores que ocupam uma posição enunciativa intrincada entre o espaço judiciário e o espaço midiático. Este se manifesta como, virtualmente, compartilhado e midiaticizado, e aquele, como lugar institucional dotado de valor. Logo, a enunciação ocorre num espaço clivado, cujo coenunciador, leitor em potencial, se vê diante de sujeitos de identidades, igualmente, clivadas: eles falam em seu próprio nome, mas também em nome da instituição à qual se congregam.

Além disso, considerando as coordenadas do gênero de discurso “sessão plenária”, particularmente, no que tange aos seus recursos linguísticos específicos, a quebra da correspondência desse gênero ocorre, muitas vezes, pela impossibilidade de o enunciador controlar a construção do *ethos* e os modos de enunciação no campo da oralidade. As subjetividades constituídas produzem no e pelo discurso *ethos* em concorrência, que cooperam para construção das identidades.

[...] o enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em um instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado [...] [o *ethos*] é parte constitutiva da cena enunciativa, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. (MAINGUENEAU, 2011, p. 75).

O gênero “sessão plenária” tornou-se objeto de midiaticização, sobretudo, em decorrência das “ideias” engendradas pela maneira de dizer do enunciador, que, no caso em foco, subverteu a relativa estabilidade do gênero. “Vossa excelência não tem condição alguma”; “[...] está destruindo a justiça desse país”; “[...] e vem agora dar lição de moral em mim”; “[...] vossa excelência está na mídia, destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro”; “[...] quando se dirige a mim não está falando com os seus capangas”. “Respeite”. Também, em recursos discursivos depurificadores do espaço judiciário, como a ironia “vossa excelência veio com a sua tradicional gentileza e lhaneza”. Todavia os parceiros ocupam papéis estabelecidos, por isso, podem marcar suas identidades por meio de enunciados validados no interior da instituição judiciária: “É vossa excelência que dá lição de lhaneza ao Tribunal. Está encerrada a sessão”.

Com efeito, a repercussão do embate entre os ministros do STF seria menor, caso não tivéssemos acesso à gravação produzida pela TV Justiça. Esse *mídiu*m altera o modo de produção, circulação, manifestação, disseminação, memorização e arquivamento do gênero de discurso em questão. Os gestos faciais e corporais, alterações no tom da voz, os cortes abruptos na fala feitos pelos interlocutores, as seguidas intervenções de terceiros presentes, o tom de advertência e acusação implícitas, todos esses elementos do *mídiu*m TV são textualizados de maneiras diversas em outros *mídiu*ns. Nessa ótica, a encenação ocorrida na Corte Suprema pode ser apreendida como prática discursiva midiaticizada pelo suporte material captado e difundido pelo *mídiu*m em questão. De fato, as fronteiras entre Judiciário,

mídia e espaço social civil se tornaram, com isso, pouco precisas, e a espetacularização do dissenso obteve força o bastante para “viralizar” em outros *mídiuns*. (MAINGUENEAU, 2006; 2013).

A mudança do *mídium* modifica não apenas o gênero de discurso, mas o estatuto dos coenunciadores e os modos de enunciação. No polo da recepção, cada *mídium* altera, no bojo de suas normas internas, os efeitos de sentido na produção da leitura. As condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso no campo midiático na contemporaneidade podem ser consideradas, de outra forma, por meio de um exemplo diverso e mais recente, ocorrido no campo político brasileiro. Passemos, então, a outra encenação midiática, citada por Ferreira (2018).

No início do mês de abril de 2016, o então vice-presidente, Michel Temer, deixou “vazar” na *internet* um áudio gravado em seu celular a correligionários, em que dava pronunciamento à nação. O gênero de discurso “pronunciamento” tornou-se realidade empírica bem antes da votação, na Câmara dos Deputados, acerca do impedimento da presidente Dilma Rousseff, o qual viria a acontecer em 17 de abril de 2016. A questão colocada por Ferreira (2018) diz respeito às condições sócio-históricas e culturais de produção e recepção do discurso. O autor argumenta que o sujeito-leitor pode receber a enunciação pelo discurso político ou pelo discurso político midiaticizado.

O pronunciamento “vazado em áudio” é bem anterior à votação que iria aprovar a continuação do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Portanto, a cena englobante política, neste caso, incorpora-se à cena englobante política/jornalística midiaticizada, beneficiando-se de sua valência de ubiquidade, de um lado, e agenciando o discurso jornalístico, de outro. Em última instância, a enunciação política midiaticizada situou o então vice-presidente da República no centro do universo discursivo das mídias, em especial, das mídias jornalísticas noticiosas. (FERREIRA, 2018, p. 119, destaque do autor).

Também, nesse caso, a fronteira entre discurso político e discurso político midiaticizado não é evidente. De fato, as mídias não possuem um discurso apreensível do ponto de vista de uma pragmática, como suponhamos que o sejam o discurso literário, o religioso, o publicitário, o político, o escolar, o racista, o pornográfico, dentre outros. Por isso, postulamos que são os discursos que atravessam o campo midiático, sendo transformados pelo modo de manifestação e difusão imposto ao gênero de discurso pelo *mídium*. Como enfatiza Maingueneau ao logo de seus estudos (2006; 2008a; 2008b; 2013; 2015), em condições sócio-históricas e culturais específicas, as formas de produção, circulação, disseminação, recepção, memorização e arquivamento dos enunciados vão adaptando-se à própria constituição do discurso, produzindo “novos” gêneros de discurso e clivando as identidades.

Mas, embora midiaticizadas, as duas encenações supracitadas são de ordens diversas. Enquanto a primeira origina-se de enunciados orais relativamente estáveis, a segunda é produzida por enunciados midiaticizados. No entanto, os enunciados relativamente estáveis que compõem a encenação dos locutores no espaço do STF não escapam à midiaticização imposta pelo *mídium* televisivo e, depois, radiofônico, impresso e digital. O caráter de instabilidade do enunciado oral pode, então, ser transformado por diferentes técnicas de fixação, seja pelo impresso, seja pela gravação de imagens e/ou som. “O mundo contemporâneo caracteriza-se pelo surgimento de novas formas de oralidade que diferem totalmente da oralidade tradicional.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 92). Em ambos os casos, o dispositivo midiático não nos remete a um tipo de discurso, propriamente, midiático, mas é atravessado por outros dispositivos que possuem suas próprias normas de funcionamento.

Nada nos impede de ir mais longe acerca dos efeitos de sentido produzidos por esse tipo de atravessamento entre dispositivos no bojo das mídias. Esse tipo de estudo, porém, vem sendo realizado no campo dos estudos de comunicação e foge ao escopo do presente artigo. Objetivamos, por ora, discutir a noção de dispositivo, recorrendo aos estudos de Michel Foucault (1926-1984) por meio das considerações feitas por Gilles Deleuze (1925-1995). E, depois, visamos a “isolar” o dispositivo midiático, destacando a hipertrofia multimodal dos *mídiuns* digitais e sua resultante na construção discursiva das identidades.

2 O dispositivo midiático: *mídiu*m e identidades

As reflexões de Foucault acerca dos dispositivos ocupam um lugar “marginal” em seus estudos. O filósofo francês não chega a conceitualizar, em um livro, a noção, mas a elabora, quando, em entrevistas, palestras e conferências, fala sobre suas pesquisas. A noção aparece, assim, dispersa em inúmeras comunicações do filósofo, mas a ênfase dada ao conceito recai sobre seu estatuto heterogêneo e interdiscursivo.

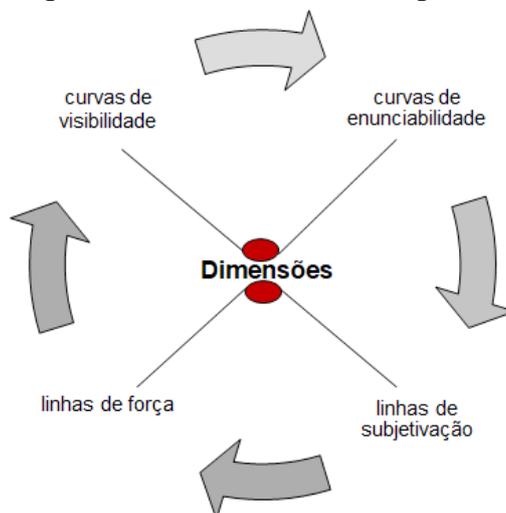
Em sua trajetória intelectual, Foucault se interessou, no campo da arqueologia do saber, pelas práticas discursivas produtoras de subjetividade. Contudo, a hipótese da conceitualização de dispositivo ganhou mais força nos estudos da genealogia do poder e da ética. Deleuze (1996) — acompanhando essa trajetória e considerando a possibilidade de formalizar a hipótese da conceitualização de dispositivo pensada por Foucault — desenvolve o conceito para o qual ratifica quatro dimensões: as curvas de visibilidade, as curvas de enunciabilidade, as linhas de força e as linhas de subjetivação.

O estatuto heterogêneo da noção de dispositivo, com suas curvas e linhas, no bojo do dispositivo, evidencia o primado do interdiscurso: noção relevante à Análise do Discurso francesa que dialoga com Foucault. Conforme lembra Gregolin (2018), coexiste, em dada sociedade, uma rede ampla de leis, instituições e enunciados vinculados ao poder e, ao mesmo tempo, produtores de saberes no cerne da iminência histórica. A função central de um dispositivo seria, então, atender essa preeminência histórica decisiva.

Esse estatuto é definido por Deleuze (1996) como um conjunto multilinear, isto é, um conjunto que possui várias linhas. As linhas são de categorias diversas e, por isso, constroem encadeamentos sempre em oscilação, de modo que se atravessam e se distanciam continuamente. Nesse quadro, as linhas são suscetíveis a variações de direção e a modos de partição, bifurcando-se em dado momento na história. Cada dimensão, no interior do dispositivo, dispõe de curvas ou linhas. Portanto, as dimensões supracitadas são como condutores e não arquétipos.

Na reflexão analítica produzida nos estudos foucaultianos, essas linhas e curvas são como formas de atravessamentos. As curvas de visibilidade podem tanto “iluminar” o objeto ou apagá-lo, enquanto as curvas de enunciabilidade podem tanto dizer em excesso, como silenciar de modo obsessivo. (GREGOLIN, 2018). O dispositivo midiático, por exemplo, ilumina os objetos e/ou sujeitos a serem vistos por um público mais amplo ou os apaga, de modo obstinado, abandonando-os à própria sorte na penumbra do esquecimento. Vejamos o Esquema 1.

Esquema 1 - Dimensões do dispositivo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, as curvas de visibilidade e as curvas de enunciabilidade e os modos pelos quais o visível e o enunciável são constituídos na história constroem as identidades dos sujeitos dos discursos e marcam seus lugares de fala. Logo, ambas as dimensões são sócio-histórica e culturalmente determinadas.

Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz — mas é também a dos regimes de enunciado. Porque os enunciados, por sua vez, remetem para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas. (DELEUZE, 1996, p. 84).

As linhas de força, por seu turno, são poderes censores e controladores daquilo que se pode ou não dizer. Elas atravessam as curvas de visibilidade e as curvas de enunciabilidade e podem ser apreendidas como modos de “autoridade” no campo do poder.

Dir-se-ia que elas vão de um ponto singular a outro, nas linhas de luz e nas linhas de enunciação; de algum modo, elas “retificam” as curvas dessas linhas, tiram tangentes, cobrem os trajetos de uma linha a outra linha, estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha. A linha de forças produz-se “em toda a relação de um ponto a outro” e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é totalmente desenredável. (DELEUZE, 1996, p. 84, destaque do autor).

Por fim, as linhas de subjetivação descobertas por Foucault são os efeitos produzidos pelas outras três dimensões, mas, ao mesmo tempo, escapam a elas. Não se trata de um saber ou um poder, mas de um movimento de individuação referente ao sujeito e às comunidades discursivas. As subjetividades operam, antes de tudo, como linhas de fuga, de tal maneira que as identidades estão sempre sendo construídas no decorrer da história. “Produções de subjetividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutro, sob outras formas que hão-de nascer.” (DELEUZE, 1996, p. 87).

Em seu estatuto heterogêneo e interdiscursivo, o dispositivo nega a universalidade. No dispositivo midiático, por exemplo, devemos encontrar dimensões diferentes das de outros dispositivos. Na contemporaneidade, é possível verificar, no campo midiático, modos diversos de manifestação e difusão de textos, de legitimação autoral, de construção do noticioso, de difusão de entretenimento, etc. Cada dispositivo, por sua própria constituição sócio-histórica e cultural, ressalta curvas distintas — ora pela visibilidade, ora pela enunciabilidade —, mobilizando linhas de força de comunidades discursivas diversas, num processo de contínuos atravessamentos e distintas linhas de subjetivação, que resultam na construção das identidades.

Além disso, Deleuze (1996) ressalta que o dispositivo busca apreender o novo, no sentido de criatividade oscilante no interior dele mesmo.

Os dispositivos se definem pelo que detêm em novidade e criatividade, e que, ao mesmo tempo, marca a sua capacidade de se transformar, ou de, desde logo, se defender em proveito de um dispositivo futuro, a menos que se dê um enfraquecimento da força nas linhas mais duras, mais rígidas, ou sólidas. E, na medida em que se livrem das dimensões do saber e do poder, as linhas de subjetivação parecem ser particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não cessam de fracassar, mas que também, na mesma medida, são retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo. (DELEUZE, 1996, p. 90).

As considerações produzidas por Deleuze (1996) sobre a hipótese de conceitualização do dispositivo se propagam, conforme anunciamos, de modo “marginal” ao longo dos estudos de Foucault. Contudo, Gregolin (2018) ressalta que a intervenção de Deleuze torna a noção de dispositivo mais operacional

por sua força analítica. Dessa maneira, é possível testar a hipótese de Foucault isolando um dispositivo a fim de investigá-lo. Nessa perspectiva operacional e recorrendo ao aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso, isolamos o dispositivo midiático e o associamos ao tipo de discurso político, devido ao *corpus* selecionado para a análise.

Não obstante, a realidade empírica com a qual o sujeito-leitor se depara é o gênero de discurso: dispositivo enunciativo integrado aos *mídiu*ns. Nesse sentido, o coenunciador se defronta com o gênero de discurso “jornal” e não com o gênero de discurso “ato político”, como veremos. Logo, os gêneros — estabilizados pela mesma finalidade sociocultural e comunicativa — podem estar ligados a tipos de discurso como o político e o jornalístico, por exemplo. “Tipos e gêneros de discurso estão, assim, tomados por uma relação de reciprocidade: todo tipo é uma rede de gêneros; todo gênero se reporta a um tipo.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

Embora haja um vínculo recíproco entre tipos e gêneros de discurso, estes últimos se apresentam, muitas vezes, como dispositivos enunciativo-interdiscursivos em dada sociedade. Conforme ilustra Maingueneau (2015), podemos observar que o gênero de discurso “panfleto político” resulta do discurso político, mas participa, ao mesmo tempo, como dispositivo enunciativo de identidades construídas no bojo do interdiscurso. Desse modo, o gênero de discurso “panfleto político” pode marcar uma identidade comunista, socialista, anarquista, centrista.

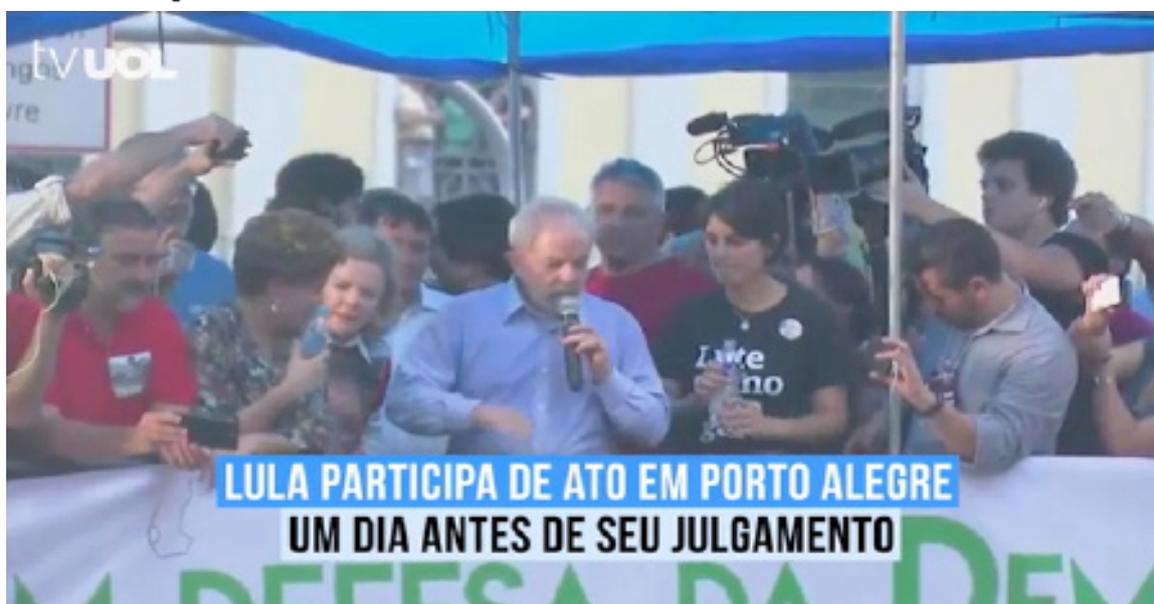
Ora, os *mídiu*ns, como já observamos, podem operar no sentido de transformar um conjunto de gêneros de discurso, o estatuto dos coenunciadores e os modos de enunciação. Assim, as dimensões de curvas de visibilidade, curvas de enunciabilidade, linhas de força e linhas de subjetivação podem ser analisadas de acordo com o *mídiu*m em que se realiza o gênero de discurso. É preciso, no entanto, separar, na análise, os modos de difusão e manifestação da materialidade discursiva, o tipo de discurso e as condições sócio-históricas e culturais que viabilizaram/viabilizam o gênero de discurso em dada sociedade.

Passamos, então, à análise do *corpus*. Para comodidade da análise, numeramos os parágrafos do texto escrito que compõe o texto multimodal.

3 O discurso político midiaticizado

Texto 1

Em ato com ar de comício, Lula ignora ação e diz que só morte vai pará-lo



[1] Em seu último evento público antes do julgamento que pode decidir o futuro de sua candidatura, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discursou como se estivesse à beira de um segundo turno nesta terça-feira (23), em ato que ganhou ares de comício eleitoral em Porto Alegre.

[2] Um dia antes de o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) julgar em segunda instância o caso do triplex do Guarujá (SP), Lula quase não falou de Lava Jato e preferiu fazer um discurso nostálgico, falando de um “Brasil grande” que teria existido nos anos do PT no poder. Só não pediu voto, o que a lei eleitoral proíbe fora da época de campanha.

[3] O petista chegou a Porto Alegre por volta das 17h, reuniu-se com advogados e militantes e depois seguiu para o ato em seu apoio. Segundo estimativa dos organizadores, 70 mil pessoas compareceram ao evento. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul não divulgou números oficiais de público. Prédios públicos da região foram fechados.

[4] Em seu discurso, Lula adotou um tom político, de crítica ao atual governo e à grande imprensa — sobretudo à TV Globo — e de exaltação de seus dois mandatos como presidente, entre 2003 e 2010. Disse ainda que só a morte vai pará-lo. “Eles sabem que se tem alguém que sabe cuidar do povo somos nós”, discursou, fazendo praticamente um resumo de sua plataforma política — apresentar o Brasil como potência internacional soberana e como um Estado de bem-estar social.

[5] *“Só uma coisa vai me fazer parar o que eu estou fazendo. É o dia que eu não estiver mais aqui. O dia em que eu morrer”.*

[6] Diversas lideranças petistas participaram do ato, entre elas: a ex-presidente Dilma Rousseff; os senadores Lindbergh Farias (RJ) e Gleisi Hoffmann (PR), presidente da legenda; os ex-governadores do Rio Grande do Sul Tarso Genro e Olívio Dutra; o ex-governador da Bahia Jaques Wagner; o vereador de São Paulo Eduardo Suplicy; e os ex-ministros Fernando Haddad e Alexandre Padilha.

[7] Representantes de outros partidos também estiveram no evento, entre eles a pré-candidata à Presidência da República pelo PCdoB, Manuela D’Ávila (RS), e o senador do PMDB Roberto Requião (PR).

[8] “Não vou falar do processo. Não vou falar da justiça. Primeiro, porque tenho advogados competentes. Aqueles que vão votar vão se ater aos autos do processo e não a suas convicções políticas”, iniciou o petista. “Eu vim aqui pra falar do Brasil. Da soberania nacional. Da integração latino-americana. Do Mercosul. Da ‘safadeza que querem fazer’ com a previdência. De quem sonha em viver com dignidade no Brasil”.

[9] “Não estou preocupado comigo, estou preocupado com o povo brasileiro”, disse o ex-presidente. “Não posso me conformar com o complexo de vira-lata que tomou conta do nosso país”.

Lula atacou os veículos jornalísticos, dizendo que a grande imprensa “não tem compromisso com a verdade” e também sofre de “complexo de vira-lata”. O petista chamou a imprensa de “covarde”, dizendo que os veículos não respeitam “as famílias”.

[10] Ele ainda exaltou as políticas sociais, econômicas e de política externa de seu governo, reforçando o discurso de soberania nacional que já vinha adotando em suas caravanas pelo país.

[11] “Esse país era protagonista internacional. Esse país era respeitado [...] Vocês não têm noção de como foi bom esse país ser grande. Pois bem, esse país vai voltar. A esquerda vai se unir não em torno de um candidato, mas em torno de um projeto”, afirmou, criticando seus adversários políticos. “Quando eu penso que eles aceitam qualquer coisa, menos o Lula, eu penso: ‘porra, eu sou bom pra caramba’”.

[12] O ex-presidente encerrou seu discurso fazendo mais uma menção ao julgamento do TRF-4. “Quero que vocês continuem torcendo. Independente do resultado, eu continuarei lutando para que as pessoas tenham respeito”.

[13] Lula lidera as principais pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial deste ano, mas pode ficar inelegível se sua condenação for mantida no TRF-4. Na primeira instância, ele foi

condenado a 9 anos e meio de prisão pelo juiz Sergio Moro pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva no chamado “caso do triplex”. (UOL, 2018).

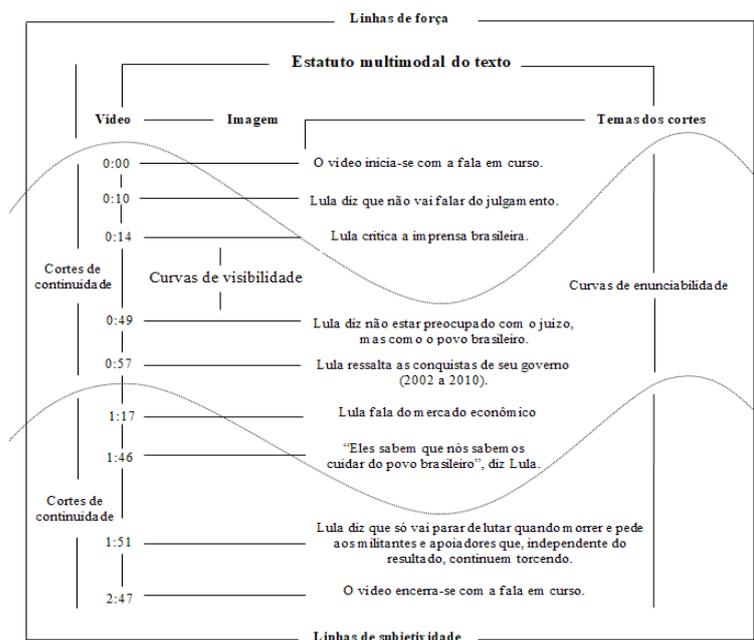
Em 24 de janeiro de 2018, fora marcado o julgamento do recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a condenação a nove anos e meio de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, estabelecida em julho de 2017 pelo juiz federal da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, Sérgio Fernando Moro. Responsável pela Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro declarou Lula culpado, acatando a acusação do Ministério Público Federal (MPF) acerca da reserva e reforma de um apartamento triplex situado na cidade de Guarujá, zona litorânea de São Paulo. A fundamentação do MPF seria de que a reserva e a reforma do referido apartamento consistiam em propina paga pela OAS — empresa que opera, entre outras coisas, na construção civil — como compensação a contratos firmados com a Petrobrás. A defesa do ex-presidente recorreu da acusação, alegando que seu cliente era inocente. O MPF, por sua vez, também, recorreu, solicitando pena maior.

O julgamento, em segunda instância, fora decidido pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O juízo composto pelos desembargadores João Pedro Gebran Neto, Victor Laus e Leandro Paulsen do TRF4, sediado em Porto Alegre, confirmou, por unanimidade, a condenação de Lula pelo juiz Sérgio Moro e ainda sugeriu aumento da pena para 12 anos e um mês de prisão.

O Texto 1 acima “arquiva” um acontecimento um dia antes do julgamento. O ex-presidente e seus apoiadores foram acompanhar de perto o julgamento e mobilizaram, segundo o Partido dos Trabalhadores (PT), mais de 70 mil pessoas no dia 23 de janeiro. A decisão de acompanhar o julgamento na cidade que sedia o TRF4 levou o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., a pedir a atuação das Forças Armadas nas ruas da cidade durante o julgamento, porém o então Ministro da Defesa, Raul Jungmann, negou o pedido.

A imagem que acompanha o Texto 1 é uma captura de tela do vídeo disponibilizado no corpo do *site*. No referido vídeo, de 2 minutos e 47 segundos, Lula discursa a militantes e aliados. Ele se encontra numa espécie de palanque acompanhado de algumas lideranças do PT e de lideranças de partidos da base aliada. O vídeo deixa visível apenas o palanque, produzindo efeitos de sentido por meio do trabalho de edição. O vídeo contém, porém, nove cortes de continuidade. As curvas de visibilidade e de enunciabilidade e as linhas de força e de subjetividade podem ser apresentadas da seguinte forma:

Esquema 2 - Multimodalidade do *mídium* digital



Fonte: Elaboração do autor.

O sujeito-leitor pode ter acesso a uma “versão” do discurso do ex-presidente Lula do dia 23 de janeiro, clicando no vídeo produzido pela TV UOL (à esquerda, no Esquema 2). Pode, também, ler somente a notícia abaixo do vídeo (no centro, à direita, no Esquema 2). Ou, mesmo, pode ler o texto em sua hipertrofia multimodal, ou seja, “ler” o vídeo e ler o iconotexto da notícia (Esquema 2, Texto 1). Por fim, pode operar por *hyperlinks*, buscando mais informações sobre o assunto.¹ No entanto, em qualquer uma dessas operações, “o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível.” (CHARAUDEAU, 2010, p. 95).

No Texto 1, tal como apresentado acima, as linhas de força investem no processo de edição do vídeo e, por conseguinte, em novas formas de textualidade do discurso, gerando efeitos nas linhas de subjetividade, os quais concorrem para a construção das identidades. Todavia, as linhas de forças atuam de dois modos, ao mesmo tempo, integrados e distintos.

O primeiro modo se aproxima da concepção pensada por Foucault em suas entrevistas, palestras e conferências e exemplificada por Deleuze (1996) por meio do dispositivo da cidade ateniense. A cidade ateniense, segundo afirma Deleuze, cria uma linha de forças que opera pela rivalidade entre homens livres. Desse modo, o processo de subjetivação é produzido no interior do dispositivo da cidade. Em dada sociedade, os poderes de controle e de censura — invisíveis e indivisíveis — administram o que as linhas de força podem ou não dizer. Podemos, então, ressaltar que tanto as linhas de força, quanto as linhas de subjetividade são sócio-histórica e culturalmente determinadas. Os sujeitos, por sua vez, pertencem e agem no interior do dispositivo, mas enquanto a história age para que tais discursos permaneçam, as subjetividades resistem à preeminência histórica. Logo, as linhas de subjetividades, agindo de dentro, tornam atuais os próprios dispositivos, construindo novas identidades.

Ao mesmo tempo, o segundo modo ocorre diante das normas de funcionamento no bojo de cada *mídiun*. No caso do Texto 1, sua realização pode ser apreendida pelo gênero de discurso “jornal”, manifestado e difundido por um *site* noticioso que precisa operar sob restrições técnicas e tecnológicas impostas pela *web*. Nesse sentido, as curvas de visibilidade e as curvas de enunciabilidade são restritas ao espaço da “página” do *site*. Porém podem ser expandidas pelo mecanismo da “navegação”, oferecido pelas mesmas condições técnicas e tecnológicas da *web*. Na página do *site*, as linhas de força atuam nas coordenadas do gênero de discurso: *mídiun*, finalidade, estatuto dos parceiros, lugar e momento, organização textual e recursos linguísticos, por exemplo.

Por essa razão, no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso, é preciso operar pelos gêneros de discurso: átomos das práticas discursivas que se constituem em dada sociedade. Para isso, o tipo de discurso político associado ao gênero de discurso “ato político” pode ser apreendido pelo gênero de discurso “jornal”. Não obstante, no espaço digital, o gênero “ato político” é apagado de modo obsessivo, e o gênero “jornal” é iluminado. Mas o espaço digital tende a deslocar o gênero de modo geral, e o enunciador interage com a textualidade multimodal disponibilizada no corpo do *site*: curvas de visibilidade e curvas de enunciabilidade. Embora tratados aqui de forma isolada, os dois modos supracitados estão vinculados em toda sua heterogeneidade e interdiscursividade. Doravante, em vista dos objetivos do presente artigo, focalizaremos os aspectos relativos apenas a esse segundo modo.

A expressão “com ar de comício”, presente no título da notícia no Texto 1, pode ser apreendida por um gesto de leitura marcado pela memória social e discursiva de campanhas políticas que proporcionavam “vantagens ao eleitor”. Mesmo que os comícios não sejam proibidos nos dias atuais, a Lei nº 11.300/16 estabeleceu normas de conduta que proibiram, entre outras coisas, a distribuição

¹ Os *hyperlinks* são disponibilizados no próprio corpo do *site*.

de brindes ou a realização de *showmícios*. A produção da leitura do gênero de discurso “ato político” engendrada pelo enunciador-citante recorre, assim, a cenas de fala validadas, rejeitadas na memória coletiva. (MAINGUENEAU, 2013).

A Lei nº 11.300/16, ao regularizar a prática do comício, ressignificou o sentido pré-construído em torno desse vocábulo, tornando-o contraproducente. Hoje, alguns políticos envolvidos em campanhas procuram novas formas de contato com o eleitor. Com isso, os enunciados de outrora vão sendo ressignificados de acordo com as condições de produção materiais das campanhas políticas: falam de “comícios domiciliares” *com petit comité*; debate em pequenos grupos, encontros intimistas, atos em sedes de partidos, etc.

A etiqueta “comício”, no Texto 1, produz, por um lado, um efeito de sentido de subversão das normas eleitorais e de manipulação do eleitor. “[...] o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discursou como se estivesse à beira de um segundo turno nesta terça-feira (23), em ato que ganhou ares de comício eleitoral em Porto Alegre” [§ 1]. Por outro lado, a etiqueta evoca o discurso da polarização em torno do campo político-partidário. “[...] Só não pediu voto, o que a lei eleitoral proíbe fora da época de campanha” [§ 2]. Nesse particular, o discurso relatado pelo enunciador-citante é deslocado para um campo de tensão entre aquele que “pede” votos e, ao mesmo tempo, constrói um *ethos* de político legítimo, desmoralizando seus adversários.

Mas o coenunciador, mobilizando uma competência sociocultural e uma história de leitura acerca do discurso do sujeito no qual recaem as curvas de visibilidade e de enunciabilidade, poderá notar que, na enunciação no campo da militância, o enunciador-citado opõe, de modo constante, um [nós], um [eles] e o [povo], como neste enunciado: “[Eles] sabem que se tem alguém que sabe cuidar do [povo] somos [nós]” [§ 4]. Esse modo de enunciação constrói um *ethos* de indivíduo de expertise no campo da militância sindical ou, ainda, um *ethos* de indivíduo engajado em disputas político-partidário-ideológicas. Assim, a imagem do enunciador-citado produzida pelo discurso do Texto 1 não se associa, necessariamente, a um presidenciável, conforme marca o enunciador-citante, mas a um indivíduo em constante oposição no campo político-partidário-ideológico.

Outra marca dessa oposição permanente pode ser observada nessa aforização produzida pelo enunciador-citante: “Só uma coisa vai me fazer parar o que eu estou fazendo. É o dia que eu não estiver mais aqui. O dia em que eu morrer” [§ 5]. Esse enunciado sofreu, na textualização para a versão escrita, uma pequena, mas importante mudança. No minuto 1:51 da versão do vídeo, o enunciador-citado diz: “Só uma coisa vai me tirar de continuar fazendo o que estou fazendo aqui, é o dia que eu não estiver mais aqui, é o dia que eu morrer”.

O primeiro embreante espacial “aqui” designa o espaço onde falam os coenunciadores, o segundo designa o espaço mundano, ou seja, a passagem da vida do ser humano no mundo. A retirada do primeiro embreante espacial “aqui”, na versão escrita, produz um efeito de sentido impreciso do ato de fazer “algo”. O enunciador-citante transfere a responsabilidade de complemento do item lexical “fazer” ao coenunciador. Num plano global, o item lexical “fazendo”, em “[...] Só uma coisa vai me fazer parar o que eu estou fazendo [ø]” [§ 5], pode ser completado, a princípio, com os mais diversos atos: lícitos e ilícitos. Todavia, o embreante espacial “aqui”, em “fazendo [aqui]”, não deixa espaço para dúvidas. Isto é, o que o enunciador-citado está fazendo “ali” é uma oposição, no campo do poder, por meio do ato político-partidário-ideológico.

Além disso, a mudança da etiqueta “discurso” para “comício” no gênero de discurso “ato político” produz em efeito de sentido de minimização do evento. O apagamento do fato histórico ocorre pelo presentismo construído pelo enunciador-citante. O fato histórico é inegável, pois nunca, na história do país, um ex-presidente havia sido condenado por um crime. Contudo, o enunciador-citante produz juízos de valores acerca do evento: “[...] discursou como se estivesse à beira de um segundo turno” [§ 1]; “[...] preferiu fazer um discurso nostálgico”; “[...] Só não pediu voto [...]” [§ 2], constrói um *ethos*

discursivo de indivíduo desinteressado do debate político, numa sociedade em que esse tipo de debate já é esvaziado. Nesse ponto, o discurso político, no bojo na máquina midiática, vai sendo midiaticizado pelo atravessamento do discurso jornalístico no espaço digital.

O efeito de sentido produzido pela etiqueta “comício”, no Texto 1, pode levar o coenunciador a receber o gênero de discurso “jornal” pelo gênero de discurso “comício”.² Mas, caso adentre a leitura, o coenunciador deixa de produzir efeitos de sentido pela etiquetagem e passa, então, a interagir com a forma de textualidade que o *site* disponibiliza (vídeos, imagens, texto verbal, *hiperlinks*, etc.). O estatuto multimodal do texto, assim, produz efeitos de sentido distintos no polo da recepção, pois a leitura da versão do discurso disponibilizada em vídeo não é a mesma da leitura do gênero textual notícia postada no corpo do *site*; embora ambas as versões estejam alocadas no mesmo *mídiu*m e possam ser acessadas, de forma a se complementarem: gesto de leitura que resultaria, na produção da leitura, em outros efeitos de sentido. Nessa senda, o enunciador-citante, no gênero de texto notícia, empenha-se em reforçar certa convergência com a edição do vídeo disponível no *site*.

O gênero textual notícia, assim, aforiza o discurso na versão do vídeo, mas, como se trata de modos de textualidade distintos, as curvas de visibilidade e de enunciabilidade se distanciam das curvas de visibilidade e de enunciabilidade materializadas na edição do vídeo, mesmo que as linhas de forças e as linhas de subjetividade cortem o dispositivo midiático de um lado a outro. Não obstante, apenas um *mídiu*m, mesmo em seu estatuto heterogêneo e interdiscursivo, não revela aquilo que se quer iluminar e aquilo que se quer enunciar no/do sujeito em foco. As formações discursivas construídas em torno da entidade “Lula” produzem um espaço discursivo irrepresentável.

As práticas discursivas sobre Lula recorrem ao campo semântico do sindicalista, do nordestino, do presidente do povo, do carismático, mas também recorrem ao campo semântico do negociador, do ardiloso, do demagogo. Desse modo, é preciso possuir uma diversidade de materialidade discursiva mais abrangente para construir um *corpus* que revele, com mais clareza, o visível ou o invisível, o enunciável ou o não enunciável, no e pelo discurso realizado no dispositivo midiático. Nesse quadro, cada *mídiu*m possui suas próprias condições de funcionamento que precisam ser investigadas.

O enunciador-citante, no Texto 1, todavia, procura enunciar aquilo que o coenunciador não poderia, a princípio, ler, pois não fora dito. [Lula] “[...] preferiu fazer um discurso nostálgico, falando de um ‘Brasil grande’ que teria existido nos anos do PT no poder. Só não pediu voto, o que a lei eleitoral proíbe fora da época de campanha” [§ 2]. O texto escrito não foge às normas impostas pelo gênero de texto notícia. Assim, o enunciador-citante intercala informações de momentos, como “[...] nesta terça-feira (23) [...]” [§ 1]; lugares, “O petista chegou a Porto Alegre por volta das 17h [...]” [§ 3]; e pessoas, “[...] a ex-presidente Dilma Rousseff, os senadores Lindbergh Farias (RJ) e Gleisi Hoffmann (PR), presidente da legenda [...]” [§ 6], com conteúdos de pensamentos, por meio do discurso indireto: “Em seu discurso, Lula adotou um tom político, de crítica ao atual governo e à grande imprensa — sobretudo à TV Globo [...]” [§ 4]. “Disse ainda que só a morte vai pará-lo” [§ 5].

Mas, além de descrever algumas informações, como lugar, momento e pessoas, o enunciador-citante mobiliza um leitor-modelo com o qual o coenunciador tende a aderir. Trata-se de ocupar uma posição enunciativa daquele que apaga a história política do país e incita a polarização político-partidária. “Diversas lideranças petistas participaram do ato [...]” [§ 6]. “Representantes de outros partidos também estiveram no evento [...]” [§ 7]. “Lula lidera as principais pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial deste ano, mas pode ficar inelegível se sua condenação for mantida no TRF-4” [§ 13].

2 Neste caso, há uma relação interdiscursiva irremissível, mas, ao apagar o gênero de discurso jornal, o enunciador-citante evoca um leitor-modelo que desconsidera a parcialidade do enunciador-jornalista e, em última instância, da instituição jornal como dispositivo midiático atravessado por linhas de força e linhas de subjetividade.

Considerações finais

As condições materiais de difusão do discurso modificam o estatuto dos coenunciadores. Com efeito, o dispositivo midiático, composto por diferentes *mídiuns*, implica a construção das identidades e “novos” gêneros de discurso, bem como condiciona modos de enunciação. Dessa maneira, não há, propriamente, um “discurso midiático”, mas, sim, discursos midiaticizados, manifestados e difundidos pelas diversas mídias contemporâneas.

As mídias, em geral, são suportes já consolidados nas interações entre indivíduos e instituições. Mas, apesar de as mídias estarem presentes entre as inter-relações humanas, há centenas de anos, suas interconexões se tornaram, no espaço digital, um campo “vivo” de interação, embora virtual. Dessa maneira, pode-se falar de campo midiático, dispositivo midiático, máquina midiática, porém é pouco provável apreender, nesse universo, um discurso midiático propriamente dito.

De qualquer modo, na produção da leitura, é preciso apreender as linhas de força e as linhas de subjetividade que atravessam o dispositivo midiático de um lado a outro e considerar seus modos de visibilidade e enunciabilidade instalados no interior dos *mídiuns*, onde se realizam os gêneros de discurso: átomos das práticas discursivas. Ficamos, assim, abertos ao diálogo.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. 2.ed. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega/Passagens, 1996. p. 83-96.
- EM ato com ar de comício, Lula ignora ação e diz que só morte vai para-lo. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2018/noticias/2018/01/23/ato-em-defesa-de-lula-em-porto-alegre-ganha-ares-de-comicio.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- FERREIRA, Anderson. **Leitura, discurso e contemporaneidade**: a negociação dos efeitos de sentido no espaço digital. 2018. 285 f. (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do Discurso com Michel Foucault**: os dispositivos. Disponível em: <<https://youtu.be/IpMURaG9hYc>> Acesso em: 21 jan. 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELO, Renato de (Org.). **Gêneros**: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução de Sírio Possenti e Maria Cecília Péres Souza-e-Silva (Org.). São Paulo: Parábolas, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 69-92.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. Tradução de Cecília P. de Souza e Délcio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- O ESTADO de São Paulo. 2009. Disponível em: <<politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-ataca-mendes-nao-esta-falando-com-seus-capangas,358909>>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- UOL, 2018. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2018/noticias/2018/01/23/ato-em-defesa-de-lula-em-porto-alegre-ganha-ares-de-comicio.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 23 jan. 2018).